

Ata da 6ª (Sexta) Sessão Ordinária do I Período Legislativo. Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três (27.02.2023), às 19h30min, na Casa Eduardo Domingos de Lima, no Plenário Luiz Gonzaga Dantas de Oliveira Campos, na Rua José Justo dos Santos, Nº 36 Tabira – PE, com a presença dos 11 (onze) Srs. Vereadores que formam a atual Constituição Municipal, o Sr Presidente Valdemir Nogueira do Amaral Filho abriu a sessão cumprimentando a todos. Logo após, solicitou de seus Pares apostos a Mesa, as devidas assinaturas no Livro de Presença e na Folha de Frequência, ao que foi atendido. Em seguida, solicitou da Secretária a leitura da Ata da Sessão anterior, que após ser lida e achada conforme pelos Pares, foi aprovada por unanimidade dos votos presentes. Dando continuidade, solicitou do 1º Secretário a leitura das correspondências recebidas e foram apresentados: Projeto de Lei nº 004, 005, 006, 007, 008, 009, 010, 011, 012, 013, 014, 015, 016, 017, 018, 019, 020, 021, 022 e 023/2023 – Legislativo – que concedem Medalha de Ordem do Mérito Legislativo Municipal Maria Celeste Vidal as Sr^{as} Maria Dulce de Lima Pessoa; Enildes Marinho de Souza Pessoa de Lima; Eneilda Campos Marinho de Góes Pires; Ozita Rodrigues de Souza; Maria Áurea Alves Silva Elias; Edileuza Oliveira Lima do Nascimento; Marluce Pires Mascena; Verônica Veras de Carvalho; Iraci Inácia de Lima; Eliane Izidorio Batista Melo; Iraci Sousa de Meneses; Graciene Costa Moura; Teonas França dos Santos; Rosa Siqueira Tavares; Maria de Lourdes Leite de Sousa; Laudiceia Rocha de Melo; Alaíde Rocha de Sousa e Maria Albanete Gomes de Melo e Souza, respectivamente, os quais foram encaminhados para a Comissão Permanente de Justiça e Redação; os Requerimentos nº 029, 030, 031, 032, 033, 034, 035, 036, 037, e 038/2023; as Moções de Aplausos nº 015, 016, 017 e 018/2023 e as Moções de Pesar nº 009, 010 e 011/2023. Não havendo mais apresentações, o Sr Presidente solicitou do 1º Secretário que convocasse o primeiro orador inscrito para fazer o uso da tribuna, sendo convidado o Secretário Municipal de Finanças, Sr. **Gleison Rodrigues**, que cumprimentou a todos. Iniciou suas palavras esclarecendo que mais uma vez utilizava esse espaço para defender o projeto do REFIS, o refinanciamento das dívidas. Lembrou que na primeira sessão legislativa do ano de 2023, usou esse espaço para fazer uma prestação de contas detalhada de cada centavo arrecado pelo município e que falou sobre a importância do REFIS 2023 ser aprovado; lembrou também que em 2021 a gestão municipal inovou quando apresentou o REFIS I, quando foi tirado 100% (cem por cento) dos juros e da multa de toda dívida de IPTU e de alvará do município, que em 2022 foi ampliado com a retirada de 100% (cem por cento) de toda a dívida de IPTU, de alvará e ISS das empresas e destacou que em 2023 se terá a retirada de 100% (cem por cento) dos juros e da multa de IPTU, alvará, ISS, ITBI, certidões, enfim de todos os débitos tributários e não tributários de todos os contribuintes do município, inclusive daqueles que foram judicializados. Considerou que outros projetos com esse fim tiveram sua aprovação imediata e que já estamos praticamente no final do terceiro trimestre do exercício e esse projeto de 2023 ainda não foi aprovado, prejudicando pessoas, uma vez que 298 (duzentas e noventa e oito) pessoas já pagaram seus impostos do ano de 2023 com juros, multas e correção inflacionária. Lembrou ainda que os quatro milhões de reais arrecadados com o REFIS de 2022 foi utilizado para a manutenção de todos os poços artesianos perfurados no município, foram utilizados para o custeio de dois médicos diariamente no hospital. Esclareceu que obrigatoriamente todos os boletos gerados e não pagos em 31 de dezembro de cada ano são inscritos na dívida ativa, que prescreve a cada cinco anos, mas que se houver a notificação



judicial, essa dívida não prescreve e será cobrada com juros, multa e correção inflacionária, então o que se está pedindo é a autorização da Câmara de Vereadores para que não se caracterize renúncia de receita e possam retirar esse juro e essa multa. Informou que existem 117 casos judicializados no município, que são contribuintes que não podem tirar uma certidão municipal, não podem fazer financiamento, não podem abrir comércio, sem poder abrir um MEI e com isso, automaticamente a máquina não gira e o dinheiro não circula no município, ficando de fato a sociedade prejudicada. Informou ainda que em 2021 foi arrecadado dois milhões e meio de reais, que em 2022 arrecadou quatro milhões e setecentos mil reais e que a expectativa para o ano de 2023 com o REFIS II é de uma arrecadação de sete milhões de reais e se disponibilizou para esclarecer o que for necessário. Intercedeu o Vereador Pipi de Verdura que perguntou ao Secretário Gleison se o mesmo confirmava se o dinheiro arrecadado no valor de quatro milhões e setecentos mil foi utilizado para se ter dois médicos e com a reforma dos poços artesianos do município, o que foi respondido pelo Secretário que confirmava que foi utilizado para o custeio de dois médicos diariamente no hospital municipal de Tabira, que confirmava que foi utilizado, através da sua respectiva contrapartida, para a reforma de sete escolas na zona rural de Tabira, que confirmava que foi utilizado para o conserto de várias máquinas do município que estavam paradas, que confirmava que foi utilizado para pagar uma dívida, em 2022, de 700 mil reais deixada pela gestão de 2016 e 2020 junto com a CELPE, assim como dívidas de quinquênios, precatórios e PASEP de centenas de credores, que confirmava que foi utilizado para o custeio do duodécimo dessa Câmara Legislativa durante o ano de 2022 e que esse valor foi utilizado através da contrapartida municipal para a aquisição de nove ônibus para AA educação, que foi utilizado, através de sua contrapartida, para a aquisição de um mamógrafo, para a manutenção de estradas rurais e construção de dezenas de ruas no município. Intercedeu o Vereador Edmundo Barros que pediu atenção em relação à emenda que será apresentada a esse projeto, por entender que trará prejuízo a todas as pessoas que estão judicializadas, por a emenda ser referir do ano de 2018 para cá, ficando os anos anteriores a 2018 excluídos da retirada de juros e multa de suas dívidas. O Secretário esclareceu que estão pedindo essa autorização para atender a todos que estão com dívidas municipais, que será uma oportunidade, inclusive para as 117 pessoas que estão judicializadas, de fazer esse acordo e ser beneficiado com a retirada de juros e multa. A Vereadora Socorro Veras perguntou ao Secretário qual o valor da dívida ativa do município hoje e quantos credores, valores e anos geradores dessas dívidas, o que foi respondido pelo Secretário que, conforme já dito, a dívida ativa prescreve a cada cinco anos, ou seja, a dívida ativa corresponde a todo o débito dos últimos cinco anos no município, que em 2021 era em torno de 11 milhões de reais, que em 2022, através do REFIS, caiu para sete milhões e que hoje a expectativa com o REFIS II é de zerar toda a dívida ativa do município e que, em relação ao número de credores, existem aproximadamente 30 mil imóveis com dívidas. O Vereador Djalma considerou que esse projeto do REFIS veio com uma casca de banana, porque se existem 117 pessoas com esse débito, que sejam essas incluídas no projeto para que elas possam pagar e não toda a sociedade pagar por elas, porque se está cobrando uma dívida desde a existência de município de Tabira, então que a sua emenda é que seja cobrado a dívida que o cidadão deve que é há de cinco anos para cá. O Secretário Gleison Rodrigues frisou que a dívida ativa do município obrigatoriamente corresponde aos últimos cinco anos e que se estiver judicializado, essa dívida não prescreve como a dívida ativa, então que estão pedindo essa autorização para todos os débitos que foram judicializados. Intercedeu o Senhor Presidente que questionou por que o município de Tabira, ao fazer a arrecadação do IPTU não dá um desconto para quem paga em dias;



considerou entender que, em relação ao REFIS, uma pessoa não é obrigada a fazer o pagamento, que está sendo disponibilizado uma situação que o cidadão pode pagar sem juros, sem multa e ainda parcelado e questionou também se há a obrigatoriedade para ser feito esse pagamento, se o cidadão vai ser prejudicado em alguma coisa caso não faça o pagamento. O Secretário respondeu que segundo a Resolução 017 do Tribunal de Contas, os municípios são obrigados a fazerem a negativação no SPC e no SERASA de todos os todos os munícipes com dívidas acima de mil reais, inclusive sob pena de crime de responsabilidade fiscal e de renúncia de receita, no entanto com esse mecanismo do REFIS é dado à oportunidade para as pessoas ficarem adimplentes novamente e quem, em 2021 foi concedido o desconto de 10% (dez por cento) para todos os pagamentos à vista, que em 2022 foi concedido o desconto de 15% (quinze por cento) para os pagamentos a vista e que em 2023 será concedido o desconto de 20% (vinte por cento) no valor principal. Após breve discussão sobre o assunto o Senhor Presidente agradeceu a presença do Secretário Gleison Rodrigues, disse que o projeto irá seguir a tramitação normal prevista para este dia e solicitou do 1º Secretário que convidasse o segundo inscrito para fazer o uso da tribuna, sendo convidada a Coordenadora da Casa da Mulher, Srª **Juliane Gomes**, a qual, após suas saudações, disse ter sido surpreendida com uma denúncia de que uma mulher não teria sido atendida na Casa da Mulher e que, ao procurar saber o que estava acontecendo, encontrou uma denúncia nas redes sociais sobre a construção da Casa de passagem da Mulher e não sobre a Coordenadoria da Casa da Mulher. Aproveitou a oportunidade e afirmou que a Coordenadoria da Mulher está funcionando sim, demonstrou através de slides o trabalho realizado no município, destacando que a Coordenadoria da Mulher não é um órgão de denúncia, que lá se orienta a quem procura e que denúncia deve ser feita na delegacia e no Ministério Público. Demonstrou também, através de slides, as atividades da Coordenadoria da Mulher, o assessoramento, as políticas públicas e as parcerias em benefício da mulher. Convidou a todos para as ações que irão acontecer em comemoração ao Dia da Mulher; esclareceu também que a construção da Casa da Mulher é oriunda de um projeto do FEM, que ainda não terminou a construção porque o FEM Mulher de Tabira está com a 2ª parcela travada, que a prefeita, juntamente com a Secretária de Assistência social se encontra em Recife em busca de destravar esse recurso na SEPLAG, para que a construção dessa casa possa dar continuidade e ser finalizada; que a prefeita trouxe, em parceria com o SENAC, formação profissional para as mulheres, como cabelo, manicure, maquiagem, culinária, cursos profissionalizantes oferecidos pelo CRAS e CREAS, casa da Providencia, curso de corte e costura, de flores, mamografias, então que a prefeita beneficia com ações voltadas para as mulheres. Esclareceu ainda, em relação à patrulha Maria da Penha, que é preciso ter capacitação através do estado, mas que mesmo assim está funcionando e está na rua dando suporte para as mulheres e se posicionou a disposição para mais esclarecimentos, O Vereador Edmundo Barros considerou que as parcelas do FEM só são liberadas de acordo com a prestação de contas e questionou á Coordenadora se a prestação de contas da 1ª parcela foi realizada, o que foi respondido que essa prestação de contas está em mãos com a prefeita e com a Secretária Maria para ser demonstrada e liberada a próxima parcela, precisando somente de um empurrão político. O Vereador Pipi da verdura considerou que os temas abordados nesta sessão são polêmicos e que lamentava muito por se estar falando o nome de gestor que está fazendo; considerou ainda que existia uma contradição, porque o Secretário Gleison falou em arrecadação do município de quatro milhões e 700 mil reais no ano passado, com uma previsão de sete milhões para esse ano, então que as pessoas tragam dados e não nomes de gestor A ou B, uma vez que os números deixam a desejar em relação à violência



contra a mulher e o tempo de 10 minutos se torna muito pouco para temas tão polêmicos. O Senhor Presidente esclareceu que foi solicitado, através de uma denúncia, esclarecimentos sobre a construção da Casa de Acolhimento da Mulher e que a Coordenadora da Mulher estava nesta Casa para isso, para dar esses esclarecimentos e ressaltou que a fala do Secretário Gleison não tem nada haver com a da Coordenadoria da Mulher, que cada um está esclarecendo sobre o seu assunto, que cabe a Câmara, caso queiram mais esclarecimentos, solicitar para a Coordenadora que traga mais dados sobre a violência contra a mulher e o que está feito para outra ocasião. A Vereadora Socorro Veras pediu que a Coordenadora permanecesse no recinto até a sua fala, por achar que houve um equívoco nas informações e até porque essa denúncia partiu de sua pessoa. O vereador Pipi da Verdura esclareceu que não existe nome de quem está ajudando, que é o Executivo e o judiciário que servem a população. O Senhor Presidente agradeceu a presença da Coordenadora Juliane, disponibilizou a Casa para mais informações de dados e de ações contra a violência da mulher em outro momento específico e solicitou que a Coordenadora concluísse sua fala, a qual afirmou que ficaria nesta Casa para ouvir a versão da Vereadora, esclareceu que também tem interesse na formação do conselho da Mulher e agradeceu a atenção de todos. Dando continuidade foi convidado para fazer o uso da tribuna o Vereador **Djalma Sales**, que após seus cumprimentos, iniciou sua fala pedindo a Secretaria da Casa um requerimento direcionado à Secretária de Administração solicitando uma planilha com aos valores especificados das bandas que tocaram no carnaval e outro requerimento também direcionado a essa pasta, para que viesse a esta casa o projeto do reajuste dos professores. Referiu-se ao projeto do EFIS e disse que o entendimento de sua pessoa é de que essa cobrança o prazo é sempre de cinco anos, mas que esse projeto está com um critério mais

para a Câmara aprovar a cobrança de dívidas superiores de cinco anos e ainda que se no projeto já está especificado que são apenas 117 pessoas que estão judicializados, então que não precisaria nem ver para esta Casa, porque o problema ficaria com a justiça, que não tem problema em aprovar esse projeto, apenas quer clareza porque não está entendendo o projeto. Sugeriu que as 117 pessoas sejam incluídas no projeto para que haja a cobrança específica para essas pessoas e não para toda a sociedade pagar o que não deve, porque a dívida de dez ou vinte anos já prescreveu e a sociedade não deve, que é preciso ter clareza e coerência com um projeto com débitos ativos para os demais cidadãos. Ressaltou que projeto algum não passa de goela abaixo, que o projeto não foi aprovado no 1º turno porque é com a maioria do colegiado. Concedeu aparte ao Vereador Edmundo Barros que esclareceu que as pessoas que estão com dívidas acima de cinco anos, não precisam ir à prefeitura, porque automaticamente essas pessoas já estão isentas de pagamento, que esse projeto é para pessoas que estão com dívidas de até cinco anos, inclusive para as pessoas que estão judicializadas, porque só poderão fazer esse acordo com a autorização dessa Casa. O Vereador Djalma considerou que o que vale é o que está no projeto e não falar de boca, que é preciso analisar, o presidente conceder uma vista e apresentarem uma emenda de apenas 117 pessoas que estão com dívidas no judiciário. Considerou ainda que era preciso ter vindo um tributarista na Câmara para esclarecer, que não veio, porque precisam saber o que estão votando, e que com o seu voto do jeito que está não vai por causa desse critério a mais, para não prejudicar a sociedade, e então que possam analisar fazer as emendas necessárias para que votem por unanimidade, mas que se quiserem colocar em votação, que coloquem e tenham os sete votos, inclusive da oposição porque se não tiver amanhã estará no TCE. Ressaltou esta casa é um colegiado de onze Vereadores, orientados por uma Mesa Diretora e regido por uma Lei Orgânica e um Regimento Interno que precisa ser respeitado, já que são os



vereadores que fazem as leis e não podem e não vão descumprir uma lei, que precisam trabalhar em conjunto, situação e oposição, para fazerem a coisa certa, com conhecimento, que assim votará no projeto, com coerência, sem precisar estar discutindo e prejudicando a sociedade. Dirigiu-se ao Secretário Gleison e afirmou que a Câmara não está atrasando o projeto, que o mesmo está tramitando no tempo regimental e, sendo essas as palavras, agradeceu a atenção de todos. A seguir, usou da palavra a Vereadora **Socorro Veras** que cumprimentou a todos. Justificou as Moções de Aplausos de sua autoria apresentadas nesta sessão. Referiu-se ao início da fala da Coordenadora Juliane e esclareceu saber exatamente onde funciona a Coordenadoria da Mulher, que sabe do trabalho da Coordenadora e que a sua denúncia não se refere a uma mulher que foi procurar a casa, e sim porque foi visitar a casa exatamente a partir de um projeto dessa Câmara que denominou essa casa, o que chamou a sua atenção, e então que foi procurar saber como estava esta casa, quando se deparou com uma placa informando que o término da obra era em julho de 2022 e já estão em 2023 e a obra está parada, então que sua denúncia não foi sobre a Coordenadoria da Mulher e sim sobre a casa de acolhimento. Relatou ter recebido um ofício da prefeita, fora do horário do expediente e que pensou que a prefeita tinha mais responsabilidade ao escrever um ofício, já que a mesma não tem o costume de falar e de responder aos questionamentos, porque a prefeita fez questão de dizer que a gestão se comprometeu e assumiu por si o financiamento integral da obra da casa da mulher e ainda mantém a placa que deixa claro ser essa mais uma obra do governo do estado, que também é contraditório ao anexo desse ofício, que é o Termo de Contrato entre a Prefeitura e a Carvalho Construtora, onde na cláusula sete, que trata dos prazos e da vigência diz que a obra teve início três dias após a assinatura do contrato, dia 14 de março e a conclusão de 14 meses depois, que seria exatamente no mês de julho do ano passado, como está descrito na placa. Questionou por que a Chefe do Executivo não agiu de forma legal contra a empresa Carvalho Construtora, por a mesma não ter cumprido o prazo estabelecido no contrato, aplicando as penalidades da cláusula 12ª do referido contrato e pediu a Secretaria da Casa um requerimento direcionado a Prefeita solicitando esclarecimentos sobre a dispensa de licitação para essa obra e não ter sido realizado o pregão eletrônico, para favorecer mais empresas e não apenas uma e comentou sobre a coincidência da empresa Carvalho Construção ter o mesmo sobrenome do ex prefeito Dinca, José Edson Cristóvão de Carvalho, esposo e conselheiro da prefeita, motivo pelo qual pediu mais um requerimento também direcionado a chefe do executivo solicitando que seja enviado a esta Casa informações contendo o nome do dono da Carvalho Construtora e cópia de todo o processo licitatório. Disse também que nesse ofício da Prefeita estava anexado um extrato para comprovar a inexistência do recurso, mas que esse extrato se refere ao mês de fevereiro de 2023, o que não dá para comprovar nada e solicitou requerimento para envio do extrato da abertura da conta até o mês atual. Questionou ainda e pediu informações se foi feito aditivo ao contrato para executar a obra com recurso próprio, para que a dotação seja do município e considerou que, infelizmente, mais uma vez escrevem e a prefeita assina de maneira digital, questionou se a chefe do executivo tem ciência do conteúdo desse ofício, por estar contraditório ao que está anexado por ela mesma. Reforçou seu pedido à Secretária de Saúde de providências em relação às condições precárias do espaço físico da UBS da Caixa D'água e, sendo essas as suas palavras, agradeceu a atenção de todos. Em seguida, usou a tribuna o Vereador **Vianey Justo**, o qual, após seus cumprimentos formais, iniciou suas palavras parabenizando a prefeita do município pela realização do carnaval, estendeu os cumprimentos a Secretaria de Cultura pela grande festa que promoveu um aquecimento em todas as áreas. Parabenizou e agradeceu ao



Secretário do Meio Ambiente pelo belíssimo trabalho que está sendo realizado na entrada de Tabira nas proximidades da pipoqueira, dando uma nova vida a cidade de Tabira. Dirigiu-se a Vereadora Socorro e assegurou que é importante a fiscalização, verificar as obras para se ter uma maior realidade do que se diz na tribuna. Comentou sobre a obra próxima da rodoviária e pediu que os Vereadores também fossem lá para verificar como está o andamento da mesma; comentou também sobre a ponte construída recentemente na comunidade Fazenda Nova, beneficiando várias pessoas daquela região e salientou que a vida do Vereador é de fiscalizar e cobrar, que existem várias obras em andamento no município de Tabira e que seria importante a visita dos colegas em tais obras, como a quadra do Vitorino Gomes, e a reforma da Escola Adeildo Santana; que é importante ter o entendimento de que a prefeita distribuiu todo o material didático escolar para os alunos; que seria importante a visita nas sete escolas reformadas da zona rural; que seria importante que Casa se preocupasse com todas as obras de Tabira e agradeceu a atenção de todos. Continuando, usou da tribuna o líder da oposição Vereador **Kleber Paulino**, que após suas saudações iniciais, parabenizou o trabalho desenvolvido pela Coordenadoria da Mulher; parabenizou também a festividade do carnaval, que foi uma grande e organizada festa que aqueceu a economia do município. Comentou sobre uma live realizada pelo ex prefeito, marido da prefeita atual, onde o mesmo se referia sobre falas de Vereadores e alegou que fica muito mais bonito quando se usa uma tribuna ou se faz live para falar sobre o desenvolvimento do município e esclareceu que pediu a iluminação

Bar do Arroz até a ponte dos Pocinhos porque outros gestores não fizeram e a prefeita hoje é Nicinha Melo, então é a ela que tem que pedir; esclareceu também que os pedidos em relação ao curral do gado são reclamações dos boiadeiros, e está a disposição para mostrar o que está pedindo e que está fazendo o seu papel de Vereador. Parabenizou o trabalho que está sendo feito na entrada da cidade, próximo a pipoqueiro e reforçou que o seu papel é de fiscalizar, cobrar o que está errado e parabenizar o que está correto. Cobrou ao Secretário de Finanças, presente nesta sessão, em relação à liberação da documentação da placa de aluguel de carro de Ricardo e ressaltou que usa a tribuna para falar sobre o governo da prefeita e não sobre a vida pessoal das pessoas como tem feito o marido da prefeita quando da realização dessas lives. Cobrou o uniforme para os Agentes de Saúde e frisou que quando estiver pedindo alguma coisa será porque outro prefeito não fez e que também será para o bem de Tabira. Comentou também sobre sua visita ao Deputado Estadual Antônio Moraes e informou que o Deputado irá colocar uma emenda no valor de 100 mil reais direto para a Associação do Lar do Idoso, com o objetivo de se adquirir uma ambulância para o Lar do Idoso e, sendo essas suas palavras agradeceu a atenção de todos. A seguir, foi convidado para fazer o uso da tribuna o líder da situação, Vereador **Edmundo Barros** que cumprimentou a todos. Iniciou suas palavras parabenizando a organização e os foliões do carnaval, que teve uma ótima repercussão; pediu do Senhor Presidente providências em relação à Audiência Pública sobre a COMPESA, em busca de solucionar o problema de abastecimento de água na cidade e da obra na comunidade da Arara e Brejinho e relatou sua visita no povoado do Brejinho onde pode observar o problema da continuidade dos quebra molas da rodovia para as ruas. Lembrou que o Projeto do REFIS já se encontra nesta Casa há mais de sessenta dias, que já foi encaminhado para as Comissões, já foi pedido vistas, já recebeu as emendas cabíveis e necessárias e destacou que se já existe a prescrição da dívida com cinco anos, que não vai adiantar ficar discutindo e atrasando ao andamento da matéria, então que cada um vote de acordo com a sua consciência sem querer atrapalhar esse andamento, motivo pelo qual reforçou o seu pedido à Mesa Diretora para que a matéria seja colocada em votação nessa sessão. Enfatizou



que Tabira precisa de união para incentivar as pessoas a abrirem ou trazerem algumas empresas para o município, que será preciso oferecer incentivo fiscal, doar terreno para que as empresas possam investir e gerar emprego no município e pediu que cada Vereador procurasse empresas para esse fim e possam trazer dias melhores para a sociedade e agradeceu a atenção. Foi convidada para fazer o uso da tribuna a 2ª Secretária Vereadora Ilma Soares, que cumprimentou a todos. Parabenizou o vice prefeito Marcos Crente pela passagem do seu aniversário; agradeceu ao Clube dos Desbravadores pela homenagem ao seu tio Joaquim Rocha e pela participação no encontro de Pais e Escola ocorrido na Escola Andrea Pires e estendeu os cumprimentos para o corpo docente dessa escola pela dedicação para que tudo funcione da melhor forma possível. Relatou a entrega dos kits escolares da Escola Otaciano Soares de Souza no Riacho do Gado. Parabenizou a prefeita da cidade de Serra Talhada, Márcia Conrado, pela vitória da eleição e ser a nova presidente da AMUPE, juntamente com o prefeito de Pau D'alho Marcelo Gouveia, e destacou que isso representa, cada vez mais, a mulher conquistando seu espaço na política. Solicitou ao Secretário de Administração a placa de identificação da Praça do João Cordeiro; solicitou também a prefeita, extensivo ao Secretário de Obras, a construção de quebra molas na Travessa Israel Veras, em frente à Farmácia SAMED. Comentou o reajuste de 50% (cinquenta por cento) concedido pela prefeita, para pagamento dos estudantes universitários de São José, Afogados, Serra Talhada e Patos. Comentou também sobre o projeto do REFIS e ressaltou que automaticamente depois de cinco anos o débito estará prescrito, com exceção do que está na justiça, que terá a oportunidade de negociar. Referiu-se a fala da Vereadora Socorro Veras e lembrou que o dono da construtora faleceu o recurso não chegou, então que a Prefeita vai fazer a obra da Casa da mulher com recurso próprio, obedecendo à lei; lembrou também que defende a prefeita porque em pouco mais de dois anos a prefeita já comprou nove ônibus, fez três passagens molhadas, vinte e quatro ruas pavimentadas, uma estação de transbordo, uma antena digital, médicos diariamente no hospital, um mamógrafo, uma quadra coberta no Vitorino Gomes, uma creche, um aumento de 33,24% aos professores, funcionários e fornecedores em dias e salientou que o que está faltando vai ser realizado, como abrir o bloco cirúrgico. Ressaltou que é preciso ter grandeza para cobrar e para reconhecer o que já foi e o que está sendo feito, ir atrás de recursos com deputados que tiveram votos em Tabira, para melhorar a cidade. Concedeu aparte ao vereador Kleber Paulino que alegou que os professores perderam 11,4% que foram pagos retroativo. Intercedeu o vereador Edmundo Barros que considerou que para pagar os 33,24% já se atingiu os 70% da folha de pagamento. A Vereadora Ilma retomou a palavra e agradeceu a atenção de todos. Foi convidado para fazer o uso da tribuna o 1º Secretário, Vereador **Eraldo Moura**, o qual após seus cumprimentos formais solicitou uma Moção de Pesar aos familiares do Sr. José Neide Souza Xavier; parabenizou o vice prefeito Marcos Crente pela passagem do seu aniversário. Disse que a Secretaria de Educação dessa gestão irá entrar para a história pelo tanto de dinheiro que já foi transformado em bem para a sociedade, sendo cinco milhões de ônibus, dois milhões para a construção de uma creche no bairro Iraci Pires, merenda qualificada, fardamento, sete escolas reformadas na zona rural, uma quadra na escola do bairro Vitorino Gomes e ainda o pagamento dos 33,24% para os professores. Posicionou-se favorável ao Projeto do REFIS e enfatizou que quem irá ganhar com isso será a sociedade com o retorno da arrecadação em benefícios para a população e agradeceu a atenção de todos. Por questão de ordem o Vereador Pipi da Verdura solicitou que o Senhor Presidente considerasse com os demais Vereadores, para que se respeitasse a opinião dos outros, porque da forma que está dá a impressão de que todos têm que aliar as propostas,



porque não se trata de nome de prefeita quando se fala de execução de obras e de benefícios para a população se trata do Executivo e isso não é favor a ninguém, porque as pessoas pagam impostos. Não havendo mais inscritos para fazer o uso da tribuna, deu-se início a 2ª parte da sessão, ou seja, na ordem do dia: Votação do Parecer da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº 003/2023 – Legislativo – aprovado por unanimidade dos votos presentes em turno único. Votação do Projeto de lei nº 003/2023 – Legislativo – aprovado por unanimidade dos votos presentes em 1º turno. Votação da Emenda Modificativa nº 002/2023 ao Projeto de Lei Complementar n 001/2023 – Executivo – O Senhor Presidente iniciou a votação nominal e aberta, votando contra a referida emenda o Vereador Edmundo Dantez Cordeiro Barros, que justificou o seu contrário a emenda por querer dar oportunidade para as pessoas se legalizarem. Vereador João Vianey Justo, Vereador José Carlos Menezes, Vereadora Ilma Rocha Cordeiro de Souza e Vereador Antônio Eraldo Costa Moura, votaram a favor da referida emenda o Vereador Valdeir Tomé da Silva, Vereador Edilson Oliveira da Silva, Vereadora Gabriel Kleber Pereira de Melo, Vereadora Maria do Socorro Veras dos Santos Monteiro e o Vereador Djalma Nogueira Sales, apresentando, portanto 05 (cinco) votos contrários e 05 (cinco) votos favoráveis a Emenda Modificativa, sendo desempatada a votação com o voto do Senhor Presidente Valdemir Nogueira do Amaral Filho que votou contrário a referida Emenda Modificativa, obtendo-se então o resultado, após apuração dos votos, a Emenda Modificativa nº 002/2023 ao Projeto de Lei Complementar nº 001/2023 rejeitada por maioria dos votos presentes. Votação do Projeto de Lei Complementar nº 001/2023 – Executivo – sendo realizada a votação nominal e aberta, da qual votou favorável ao referido Projeto o Vereador Edmundo Dantez Cordeiro Barros, Vereador João Vianey Bezerra Justo, Vereador José Carlos Menezes, Vereador Valdeir Tomé da Silva, Vereador Edilson Oliveira da Silva, Vereador Gabriel Kleber Pereira de Melo, Vereadora Ilma Rocha Cordeiro de Souza e o Vereador Antônio Eraldo Costa Moura e votou contrário ao projeto de Lei Complementar n 001/2023 de origem do Executivo a Vereadora Maria do Socorro Veras dos Santos Monteiro que justificou o seu contrário ao projeto por não estar em conformidade com a emenda e o Vereador Djalma Nogueira Sales, obtendo, portanto, após apuração dos votos, 08 (oito) votos favoráveis e 02 (dois) votos contrários ao referido Projeto, ficando assim o Projeto de Lei Complementar n 001/2023, oriundo do Executivo, aprovado por maioria absoluta dos votos presentes em 2º turno. Senhor Presidente declarou apreciados e aprovados os Requerimentos nº 029, 030, 031, 032, 033, 034, 035, 036, 037 e 038/2023; as Moções de Aplausos nº 015, 016, 017 e 018/2023 e as Moções de Pesar nº 009, 010, e 011/2023. Nada mais havendo a declarar o Senhor Presidente Valdemir Nogueira do Amaral Filho determinou que todo o ocorrido fosse lavrado em forma de ata, que será assinada por quem de direito e por mim e que a redigi Joana de Sousa Rocha – Secretária. Em virtude do feriado do dia 06 de março o Senhor Presidente, marcou uma Sessão Extraordinária para o dia 09 de março do corrente ano e encerrou a sessão. Sala das sessões em 27/02/2023.

Pres.: Valdemir Nogueira do Amaral Filho _____

1º Sec.: Antonio Eraldo Costa Moura _____

2ª Sec.: Ilma Rocha Cordeiro de Souza _____

Djalma Nogueira Sales _____

Edilson Oliveira da Silva _____

Edmundo Dantez Cordeiro Barros _____



Gabriel Kleber Pereira de Melo
José Carlos Menezes
João Vianey Bezerra Justo
Maria do Socorro Veras dos S. Monteiro
Valdeir Tomé da Silva

[Handwritten signatures and scribbles over the printed names]

